



## Relatório que pede julgamento de Dilma passa em comissão

Aprovada ontem por 14 votos a 5, avaliação do relator do processo de impeachment será submetida ao Plenário do Senado na terça-feira



O presidente da Comissão do Impeachment, Raimundo Lira, fala na última reunião do colegiado, ao lado dos senadores Antonio Anastasia (2º à dir.) e Marta Suplicy

A Comissão Especial do Impeachment encerrou ontem seus trabalhos com a aprovação do relatório do senador Antonio Anastasia, por 14 votos a 5. No documento, o relator pede que a presidente afastada Dilma Rousseff seja julgada pela acusação de ter cometido crime de responsabilidade em 2015. O Plenário do Senado votará o relatório de Anastasia na terça-feira. Na hipótese de o texto ser aprovado, o próprio Plenário fará o julgamento final de Dilma, o que ocorreria no final do mês. Caso os senadores rejeitem o relatório, o processo será arquivado e a presidente retomará o cargo.

### Senadores ouviram 44 testemunhas em 100 dias de trabalho

Foram 100 dias de trabalho da Comissão Especial do Impeachment, durante os quais os senadores ouviram 44 testemunhas, analisaram documentos e votaram 2 relatórios.

A comissão foi instalada em 26 de abril, oito dias depois de o Senado receber da Câmara a autorização para abrir o processo contra a presidente afastada Dilma Rousseff.

Das testemunhas, 4 foram convocadas pelo relator, 2 pela acusação e 38 pela defesa. Dilma enviou depoimento por escrito, que foi lido por seu advogado, José Eduardo Cardozo.

### Sessão para votação do parecer em Plenário começa na terça e pode durar 30 horas

O roteiro da sessão plenária para votação do relatório sobre o impeachment de Dilma Rousseff foi definido ontem

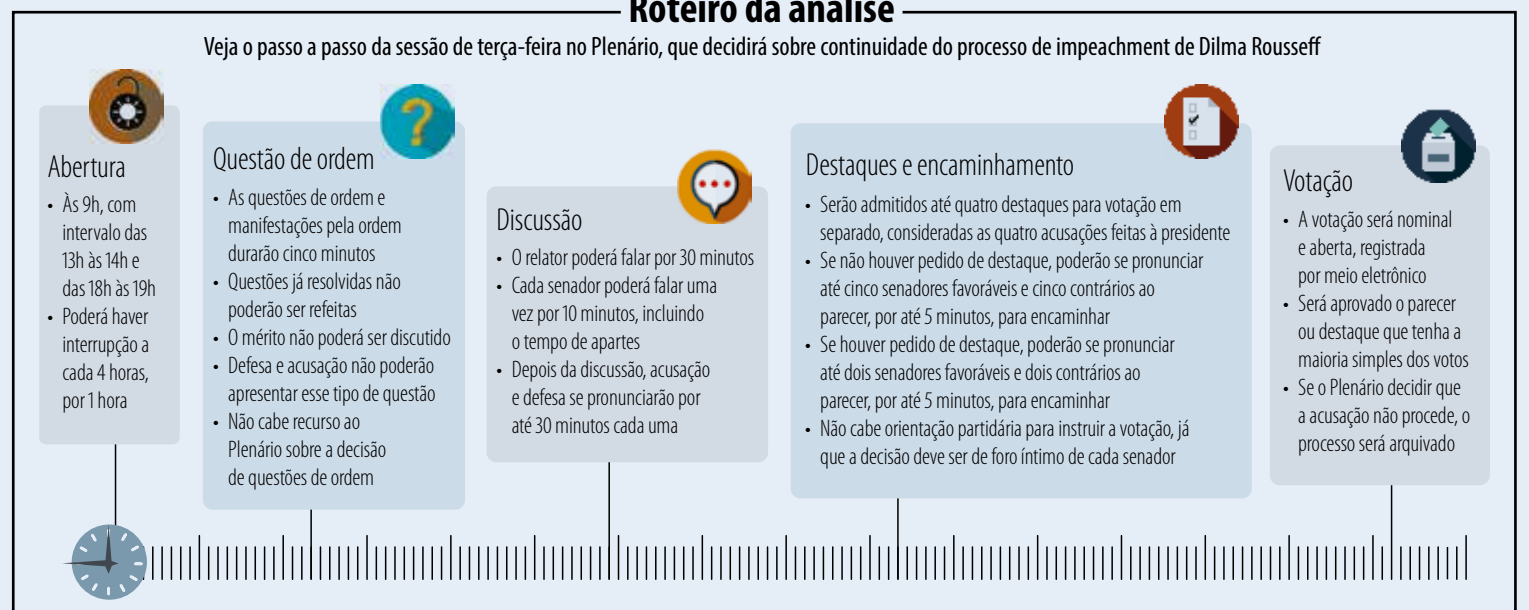
pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e do STF, Ricardo Lewandowski, com lideranças partidárias e senadores

da comissão especial. A sessão começa às 9h de terça-feira e deve avançar até quarta-feira. A acusação e a defesa de Dilma

terão 30 minutos cada uma para falar. Cada senador poderá discursar por até dez minutos e o voto será nominal e aberto.

#### Roteiro da análise

Veja o passo a passo da sessão de terça-feira no Plenário, que decidirá sobre continuidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff



páginas 2 e 3

### Diplomatas defendem ampliação de mercados externos

Três diplomatas indicados pelo Executivo para ocupar embaixadas na Rússia, no Panamá e no Kuwait foram aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores e passarão agora pela análise do Plenário. Eles destacaram a importância de o Brasil reforçar as relações comerciais com esses países. Há espaço, dizem, para crescimento em setores como o de energia. 4



Indicados para Panamá, Rússia e Kuwait foram sabatinados na Comissão de Relações Exteriores, dirigida por Aloysio (2º à esq.)

Venezuela não tem direito de presidir Mercosul, diz Aloysio 4

MPs de créditos para estados e municípios perdem vigência 4



Documento elaborado por Anastasia será votado terça-feira no Plenário, que decidirá se a presidente será julgada em definitivo pela acusação de crime de responsabilidade

# Por 14 votos a 5, Comissão do Impeachment aprova relatório que pede julgamento de Dilma

A COMISSÃO ESPECIAL do Impeachment aprovou ontem o relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) que recomenda que a presidente afastada Dilma Rousseff seja julgada por crime de responsabilidade. O julgamento, porém, só ocorrerá se o Plenário seguir o entendimento da comissão e considerar que há provas de que ela descumpriu leis fiscais e orçamentárias em 2015.

Na comissão, foram 14 votos favoráveis e 5 contrários. Veja nas

fotos abaixo como cada senador votou (exceto o relator, Anastasia). Não há indicação de voto na foto de quatro senadores porque eles não são titulares da comissão. Antes da votação do relatório, o presidente da Comissão do Impeachment, Raimundo Lira (PMDB-PB), concedeu a palavra por cinco minutos a cada um dos integrantes do colegiado. A manifestação do Plenário deverá ocorrer na terça-feira. Se a maioria simples (ao menos

41 senadores) considerar que houve crime, o processo de impeachment prosseguirá até o julgamento final, que ocorreria no final do mês. Caso contrário, o processo será arquivado e Dilma reassumirá a Presidência. O parecer de Anastasia chegou ontem mesmo ao Plenário. A leitura do documento foi feita pelo senador Elmano Férrer (PTB-PI). A reunião de ontem foi a última da Comissão Especial do Impeachment, após 100 dias

de atividades. Lira considerou o trabalho do colegiado um “exemplo de reverência aos princípios democráticos”. O senador afirmou que, durante as 31 reuniões realizadas pela comissão, o direito ao contraditório e à ampla defesa foi garantido, com o depoimento de 44 testemunhas, 38 delas indicadas pela defesa. — Vivemos nesta comissão um momento histórico, de importância para a história do Brasil. A presidente afastada nega que tenha havido crime de responsabilidade.

Os crimes de responsabilidade dos quais Dilma é acusada se referem à edição de decretos de crédito suplementar sem a autorização do Congresso e a atrasos em repasses ao Banco do Brasil de subvenções do Plano Safra. A presidente afastada nega que tenha havido crime de responsabilidade.



Os senadores Raimundo Lira (C), Antonio Anastasia (2º à dir.) e Marta Suplicy (D) na última sessão da Comissão do Impeachment

## Senadores e presidente do STF definem roteiro para votação de parecer no Plenário: sessão pode ter 30 horas de duração

O presidente do Senado, Renan Calheiros, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, líderes partidários e integrantes da Comissão Especial do Impeachment definiram ontem o roteiro da sessão plenária que vai decidir acerca do parecer sobre o impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff.

A sessão está marcada para terça-feira, às 9h. Com a leitura do parecer e de votos em separado, discursos e questões de ordem, a reunião deve ser bastante demorada. A previsão

é que avance pela madrugada ou mesmo até a manhã seguinte, podendo chegar a 30 horas de duração. O presidente do Senado abrirá a sessão e logo em seguida transmitirá a direção dos trabalhos para o presidente do STF. Ficou definido que não caberá recurso ao Plenário do Senado das decisões de Lewandowski que resolvam questões de ordem ou outras que tratem do andamento dos trabalhos. — Não tocamos em nada que diga respeito a uma possível futura sessão de julgamento, porque

isso só poderá ser decidido a partir do dia 9 [terça-feira], se for o caso — esclareceu Lewandowski. **Testemunhas** O roteiro da reunião plenária de terça-feira tem 24 itens, cada um deles discutido com o conjunto dos senadores, segundo o presidente do STF. Essa negociação parte do momento de início dos trabalhos, às 9h, passando pela definição de pausas a cada quatro horas, até chegar ao número de testemunhas de defesa e acusação no julgamento final: seis representando cada lado.

A sessão deverá ter intervalos de uma hora a 13h e às 18h. Depois que a sessão for reiniciada, às 19h, e passadas quatro horas, os trabalhos poderão ser interrompidos por uma hora, conforme a necessidade, ou a qualquer tempo, por prazo razoável, a juízo do presidente. Os senadores poderão discursar por até dez minutos, conforme ordem de inscrição realizada na Secretaria-Geral da Mesa. A ordem dos discursos deve aparecer no painel eletrônico. Depois dos senadores, será a vez de a acusação e a defesa de

Dilma Rousseff usarem a palavra, pelo prazo de 30 minutos cada uma. Haverá ainda a possibilidade de pedido de destaque para votação em separado, observando o limite de quatro destaques. **Voto nominal** A votação será nominal e aberta, computando-se os votos por meio de registro eletrônico. Para ser aprovado, o parecer precisa de maioria simples — pelo menos 41 votos. Se o Plenário rejeitar a acusação, o processo será arquivado e as partes envolvidas serão notificadas, com

Dilma reassumindo o cargo. Em caso de aprovação, a acusação e a defesa serão intimadas na própria sessão para que ofereçam, no prazo sucessivo de 48 horas, respectivamente, o libelo acusatório (peça processual que expõe os motivos para que Dilma seja julgada) e sua contrariedade (a resposta dos defensores), juntamente com o rol de até seis testemunhas. Depois de recebidos os documentos da acusação e da defesa, a sessão de julgamento será agendada e as partes serão notificadas, com a antecedência de dez dias.



Reunidos no Senado, Renan e Lewandowski discutem como será a sessão do Plenário

### Brasil precisa virar a página, diz Ferraço sobre processo

Para Ricardo Ferraço (PSDB-ES), o país precisa escolher entre dois cenários. O primeiro é a perspectiva de virar a página e, com trabalho duro, se reorganizar. O segundo, na opinião do senador, é uma volta ao passado, com a manutenção de tudo que é “mais primitivo”: o patrimonialismo e a apropriação do Estado, tratado como um “puxadinho dos interesses do governo”.



Marcelo Oliveira/Agência Senado

### Governo Temer não tem legitimidade, argumenta Vanessa

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) disse, ao manifestar voto contrário ao relatório de Anastasia, que, “se Dilma perdeu a condição de governar, Temer não tem legitimidade para continuar no poder”. Segundo a senadora, o debate na Comissão do Impeachment não foi técnico, mas político, assim como o relatório que, em vários trechos, não faz referência a leis.



Marcelo Oliveira/Agência Senado

### Para Cássio, provas contra Dilma são “irrefutáveis”

Dilma Rousseff cometeu crime de responsabilidade e deve ser afastada definitivamente da presidência, afirmou o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB). — Restou provado de forma cabal e de maneira irrefutável a prática dos crimes, cometidos em nome de um projeto político, dentro da maior fraude fiscal já verificada na história do Brasil.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

### Afastamento favorece “elites empresariais”, opina Lindbergh

Lindbergh Farias (PT-RJ) expressou sentimento de indignação e tristeza com os rumos tomados no processo de impedimento da presidente da República Dilma Rousseff. — Meu voto é “não” contra este golpe. Hoje temos um dia de grande farsa no Senado — declarou Lindbergh, para quem a presidente é vítima de um conluio das elites empresariais.



Marcelo Oliveira/Agência Senado

### Ana Amélia garante que são graves os fatos imputados a Dilma

“São graves os fatos imputados a presidente da República, que, ao fazer o diabo para se reeleger, levou o país à aguda crise que fez 12 milhões de desempregados”. Assim, Ana Amélia (PP-RS) defendeu o relatório de Anastasia. Para ela, os debates na comissão e o relatório mostram que há consistência na denúncia e prova suficiente para a continuidade do processo.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

### Impeachment é golpe contra 54 milhões de brasileiros, diz Gleisi

O impeachment é um golpe não contra a presidente afastada Dilma Rousseff, mas contra 54 milhões de brasileiros que votaram num processo democrático e legítimo. A opinião é da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). Para ela, o processo de impeachment foi uma encenação, uma farsa montada para resolver um problema político.



Marcelo Oliveira/Agência Senado

### Segundo Simone, argumentos políticos e jurídicos são válidos

Simone Tebet (PMDB-MS) disse que está convicta de que Dilma cometeu crime por edição de decretos suplementares e pedaladas fiscais. Para a senadora, o relatório de Anastasia demonstra isso com clareza. Ela disse ser preciso virar a página e recomeçar com respeito à coisa pública. — Voto favorável não só pelos argumentos jurídicos, mas também pelos políticos.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

### Kátia Abreu defende Dilma e diz que sistema político está “podre”

Kátia Abreu (PMDB-TO) disse, ao declarar seu voto contrário ao relatório de Anastasia, que o sistema político nacional está “podre” e dominado pela “coalização da chantagem e da troca de cargos”. — Quem aqui pode falar de corrupção de cabeça erguida? O mensalão e o petróleo não são de um só partido, todos estão atolados, têm membros presos ou investigados.



Marcelo Oliveira/Agência Senado

### Caiado pede atualização da lei que rege o impeachment

Ronaldo Caiado (DEM-GO) votou a favor do relatório e defendeu mudanças na lei de 1950 que trata dos crimes de responsabilidade e do processo de impedimento do presidente da República. Para ele, o julgamento deve ser mais rápido e ter regras mais claras, visto que uma longa interinidade do chefe do Executivo “desdramatiza a economia e a credibilidade política do país”.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

### Telmário: favoráveis ao afastamento apelam à crise para cassar Dilma

Dilma Rousseff não cometeu crime algum e, por isso, os pró-impeachment apelam para a crise para sustentar a necessidade de cassá-la, disse Telmário Mota (PDT-RR). Para o senador, o maior erro de Dilma foi conceder poder aos partidos que compunham sua base e que hoje estão, em sua maioria, com o presidente interino Michel Temer, do PMDB.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

### “Um dos piores crimes é contra a dignidade da nação”, avalia Medeiros

É hora de Dilma Rousseff “pagar por seus crimes”, disse José Medeiros (PSD-MT). Segundo o senador, a presidente afastada cometeu “um dos piores crimes, que é atentar contra a dignidade da nação”. Medeiros criticou “a contabilidade criativa e a falta de transparência” da gestão de Dilma. — Qualquer lei que ler o relatório de Anastasia verificará a caracterização de crimes.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

### Bezerra explica que vota “sim” com “esperança na concórdia política”

O impeachment de Dilma Rousseff é um “sinal a todos os gestores de que é preciso gerir a coisa pública com parcimônia e equilíbrio”, disse Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). — Voto favorável ao parecer na certeza de que estaremos caminhando para a frente, construindo um caminho para a celebração de um momento de concórdia na vida política brasileira.



Genildo Magalhães/Agência Senado

### Para Gladson, há crime de responsabilidade “por ação e omissão”

A Comissão do Impeachment não permitiu que “uma mentira repetida mil vezes se tornasse verdade”, disse Gladson Cameli (PP-AC). Para ele, há provas suficientes de que Dilma cometeu crimes de responsabilidade por ação e omissão: — Houve um vale-tudo orçamentário, em nome de um programa político que trouxe retrocesso ao país.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

### Irresponsabilidade fiscal conduziu o país para sua maior crise, acusa Dário

Dário Berger (PMDB-SC) lamentou que a crise política, econômica e social tenha frustrado seu desejo de chegar ao Senado “para escrever uma página de prosperidade para o país”. — A irresponsabilidade fiscal conduziu o Brasil para a crise mais expressiva de todos os tempos, com mais de 11 milhões de desempregados. O Brasil vive um tempo de incerteza e desesperança.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

### Magno Malta afirma que pedalada fiscal foi só a “gota d’água”

Magno Malta (PR-ES) disse que as pedaladas fiscais foram só a gota d’água: “O país foi jogado à bancarrota e está anarquizado no mundo inteiro”. Ele admitiu ter cruzado o país pedindo votos para o ex-presidente Lula e para a presidente afastada Dilma, “acreditando em um sonho que me venderam, mas que, no fundo, era um grande pesadelo”.



Marcelo Oliveira/Agência Senado

### Relatório é eloquente e refuta defesa, declara Lúcia Vânia

Pela liderança do PSB, Lúcia Vânia (GO) disse que o relatório de Anastasia é “eloquente em termos de fatos e, principalmente, de refutações aos argumentos da defesa”. Para ela, o desemprego crescente, a inflação alta, a dívida pública galopante e os estados quebrados exigem de cada parlamentar uma atitude firme para “combater as consequências da irresponsabilidade fiscal”.



Marcelo Oliveira/Agência Senado

### Moka: comissão julgou conduta inadequada da chefe do Executivo

Para Waldemir Moka (PMDB-MS), a Comissão do Impeachment não julgou o caráter e a honra de Dilma Rousseff, mas a conduta inadequada da chefe do Executivo que atentou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Orçamentária. Segundo ele, as “provas gritam nos autos” e as pedaladas fiscais são um eufemismo para fraudes fiscais.



Marcelo Oliveira/Agência Senado

### Perrella registra voto contra “a corrupção e a roubalheira”

Zeze Perrella (PTB-MG) disse que votaria a favor do golpe contra “a corrupção, a roubalheira na Petrobras, o caixa dois de João Santana”. — Todos os tesoureiros do PT estão na cadeia, mas dizem que são perseguidos. Então tem de parar de conversa fiada! O PT vai dar uma grande contribuição ao Brasil quando voltar para a oposição — resumiu.



Marcelo Oliveira/Agência Senado

### Humberto diz que houve “pedalada constitucional”

O relatório de Anastasia foi chamado de “senha para o golpe” por Humberto Costa (PT-PE). O senador o comparou à movimentação de tropas ordenada pelo general Olímpio Mourão Filho em 1964, para o início do regime militar. Humberto qualificou a eventual decisão do Senado de afastar Dilma definitivamente como uma “pedalada constitucional”.



Marcelo Oliveira/Agência Senado

### Cristovam: Senado é mais cuidadoso hoje do que foi com Collor

“Hoje não há tanques nas ruas, nem pressão sobre o Congresso como em 1964”, disse Cristovam Buarque (PPS-DF). O senador afirmou que João Goulart foi afastado por pretender realizar reformas profundas, “ao contrário do que aconteceu com Dilma”. — O Senado está sendo mais cuidadoso agora do que foi com o então presidente Fernando Collor em 1992.



Genildo Magalhães/Agência Senado

### Desejo pelo impeachment surgiu nas ruas, avalia Alvaro

Alvaro Dias (PV-PR) afirmou que o desejo pelo afastamento de Dilma Rousseff surgiu nas manifestações da população, que passa a não tolerar mais a corrupção institucionalizada e aspira por mudança. — Não há na história nenhum processo de impeachment que não se apoie na vontade popular — disse o senador.



Marcelo Oliveira/Agência Senado

### Fátima: documento aprovado valida fraude jurídica e política

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que o relatório aprovado “convalida um processo de impeachment que vai passar para a história como a maior fraude jurídica e farsa política deste país”. Segundo ela, os senadores que votaram a favor do relatório passarão para a história como golpistas. A senadora afirmou que “o golpe” é contra os pobres e a classe trabalhadora.



Edilson Rodrigues/Agência Senado



# Diplomatas veem espaço para exportação crescer

Comércio com Rússia, Panamá e Kuwait pode aumentar, dizem os indicados para essas embaixadas, que foram aprovados na CRE

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, três indicações para embaixadas. O diplomata Antonio Luis Espinola Salgado é indicado para a representação na Rússia, Flávio Helmold Macieira, para o Panamá, e Norton de Andrade Rapesta, para o Kuwait, acumulado com Bahrein. Os nomes aprovados seguem para análise do Plenário.

Os três indicados enfatizaram a importância de o Brasil reforçar as relações comerciais com esses países. Antonio Salgado destacou que a Rússia é uma potência militar, energética e agrícola. Ele defende cooperação nas áreas de energia e aeroespacial, além de parcerias para a ampliação da malha ferroviária.

A senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) pediu que, se aprovado em Plenário, o diplomata atue na obtenção de tarifas especiais para a exportação de produtos brasileiros.

A balança comercial com a Rússia é tradicionalmente superavitária para o Brasil, disse Salgado. As trocas, informou, chegaram a US\$ 6,76 bilhões em 2014 e caíram para US\$ 4,6 bilhões em 2015.

Ele ressaltou que a carne representa 65% das exportações

para a Rússia, seguida por soja, tabaco, açúcar e café.

A ampliação do mercado também é defendida pelo indicado para a embaixada no Panamá, Flávio Macieira.

Ele disse que os empresários brasileiros perderam mercados e devem retomar negociações para aproveitar o potencial exportador do Brasil.

Macieira destacou que o Panamá passa por um processo de crescimento econômico e tem priorizado o setor energético.

— Uma das minhas prioridades será abrir espaço para empresas brasileiras participarem do esforço panamenho de superar seu déficit na área da



Aloysio (2º à esq.) dirige sabatina com Macieira, Salgado e Rapesta, indicados para embaixadas no Panamá, Rússia e Kuwait

energia — frisou o diplomata.

O senador Armando Monteiro (PTB-PE) criticou a “demonização” de financiamentos pelo BNDES de projetos no exterior. Macieira concordou com ele.

Na avaliação de Norton Rapesta, indicado para o Kuwait, os empresários brasileiros

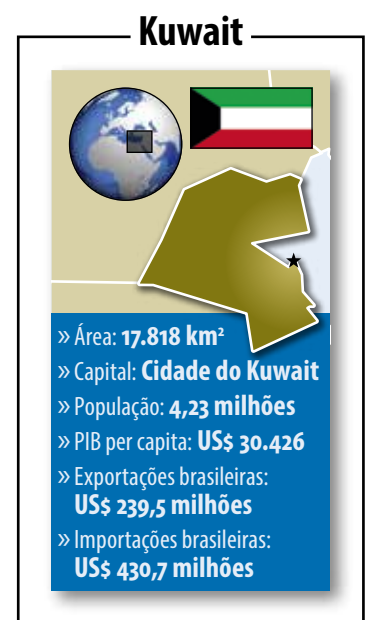
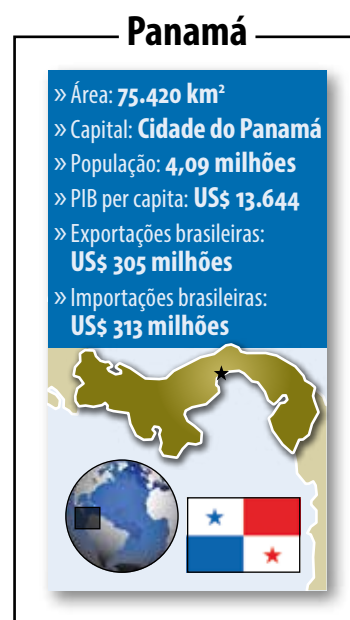
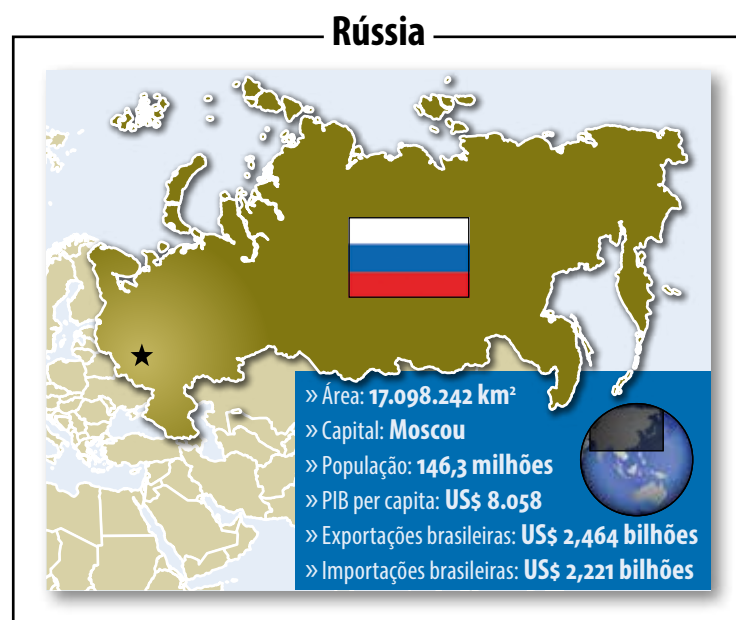
também devem atuar mais no mercado externo.

— Precisamos ser mais caixeiros-viajantes. Os nossos empresários precisam mostrar a cara, mostrar o produto.

Para Kátia Abreu, a atuação conjunta dos embaixadores brasileiros em todo o Oriente Médio poder ajudar na aber-

tura de muitos mercados para os produtos brasileiros.

Rapesta pediu articulação no Congresso para ratificar cinco acordos já assinados entre Brasil e Kuwait. Presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) garantiu que dá celeridade quando acordos chegam ao Senado.



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

## De acordo com Aloysio, Venezuela não pode presidir Mercosul

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), afirmou ontem que rejeita a autoproclamação da Venezuela como presidente

temporária do Mercosul.

Desde 1991, a presidência do Mercosul, com duração de seis meses, é exercida num rodízio entre os membros. A presidência deveria ter passado do

Uruguai para a Venezuela nesta semana, o que não ocorreu por causa da oposição do Brasil, da Argentina e do Paraguai, como lembrou Aloysio, pelo fato de a Venezuela “descumprir mais

de cem normas” relativas ao funcionamento do Mercosul. O presidente venezuelano, Nicolás Maduro, entende já estar exercendo a presidência do bloco “por pleno direito”.

Como Aloysio estava na Comissão do Especial do Impeachment, suas opiniões foram lidas por Lasier Martins (PDT-RS), que conduziu os trabalhos da CRE.

## Vence prazo de MPs para estados e municípios

Duas medidas provisórias (MPs 720/2016 e 721/2016) não votadas pelo Congresso perderam o prazo de vigência.

A MP 720 definiu repasses de R\$ 1,9 bilhão para compensar os estados exportadores pela perda de receita de ICMS (Lei Kandir). Aprovada pela comissão mista, a medida

não chegou a ir a Plenário. Os recursos foram liberados nos meses de abril, maio e junho. Os principais estados atendidos foram Mato Grosso, Pará e Rio Grande do Sul. Já a MP 721/2016 nem foi votada. Ela abre crédito extraordinário de R\$ 1,950 bilhão para transferências a estados e municípios.

As duas MPs podem ser reeditadas pelo governo, mas só a partir de fevereiro de 2017, quando começa a nova sessão legislativa, como disciplina a Constituição. Projetos de decreto legislativo devem ser editados no prazo de 60 dias para garantir as relações jurídicas durante a vigência das MPs.

**AGENDA** A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

**PLENÁRIO Sessão de discursos**  
9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

**SESSÃO ON-LINE**

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana  
**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão  
**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)